

humanitas

Vol. XXXV-XXXVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XXXV-XXXVI



MCMLXXXIII-MCMLXXXIV
C O I M B R A

que é bem diversa a opinião que se colhe da leitura do *Commentarius* de Teive. E prossegue: «se a veracidade histórica algo sofre com isso, a compreensão ideológica do texto tem muito a ganhar, porque assim se distingue melhor o carácter e a intenção da elaboração estilística do humanista...».

Em nosso entender, o âmago da questão está na forma como se procede a essa leitura do *Commentarius*: importaria saber se a intenção do leitor é analisar a obra do ponto de vista literário, se do ponto de vista da exegese histórica.

Literariamente, a história e a moral podem ser confundidas e a retórica do autor, reconhecida como tal, pode ser interpretada à luz do discurso dos escritores clássicos e dos seus valores.

Não nos parece contudo possível utilizar essa mesma retórica para a elevar a expressão do juízo histórico de Diogo de Teive. Para se apurar, à luz da história, o pensamento histórico-político do humanista, era necessária uma análise exaustiva da obra, mais minuciosa como análise e mais objectiva.

Isto não invalida, contudo, o mérito deste trabalho, que deixa transparecer de forma curiosa, a complexidade do problema.

Ao surgir alguns meses antes da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, em que se comemorou o período áureo de Portugal como nação europeia, este livro impõe-se como uma reflexão dos nossos valores culturais, da nossa individualidade na república das letras, em que a influência clássica é manifesta não só nas formas mas na própria expressão vocabular. Este classicismo perdura ao longo de vários séculos e informa ainda o próprio modernismo, de que Fernando Pessoa é o expoente máximo.

Pela sua temática, pela vastidão dos conhecimentos que abarca, pelo estilo de análise crítica e filológica que apresenta, a obra *A tradição clássica na literatura portuguesa* — enriquecida de notas críticas e explicativas, uma bibliografia especializada e índices ideológicos e onomásticos — destina-se a todo um público interessado em conhecer as suas raízes históricas e a sua integração no tempo em que vive.

N. N. C. S.

MARGARIDA GARCEZ VENTURA, **João da Silveira, diplomata português do séc. XVI**. Lisboa, Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1983, p. XI + 225.

Elaborada e redigida para ser apresentada como tese de licenciatura, esta obra é uma biografia circunstanciada da vida e actividade de João da Silveira.

Ao inserir esta figura no seu contexto familiar, social e público, a autora oferece-nos, de relance, uma perspectiva de conjunto da política de três reinados sucessivos: de D. João II, de D. Manuel e de D. João III.

Filho primogénito de Fernão da Silveira, escrivão da puridade de D. João II, que foi um dos principais responsáveis pela conspiração do Duque de Viseu, João da

Silveira, mercê da política de reconciliação de D. Manuel, pôde ascender ao alto funcionalismo, à carreira militar e diplomática.

Nomeado em 1502 trinchante-mor do rei, em fins de 1509 ou 1510 desempenha o papel de embaixador de D. Manuel na corte de Luís XII, em França. Em 1515 é feito Craveiro da Ordem de Cristo e no ano seguinte parte para a Índia como capitão-mor de cinco navios e uma nau, em auxílio do governador, onde permanece pelo menos os três anos de serviço obrigatório.

Já em Lisboa, é referido pelos cronistas como fazendo parte «da muyto nobre companhia e muy principaes pessoas», no dizer de Garcia de Resende, que seguiram, em Agosto de 1521, a Infanta D. Beatriz até Sabóia, o que é revelador da sua importância social.

A morte súbita de D. Manuel trá-lo de regresso a Lisboa, onde pouco se demora, pois em 19 de Fevereiro de 1522 parte, às ordens do rei D. João III, em missão diplomática para a corte francesa de Francisco I.

Referimos propositadamente estes dados biográficos, que ocupam o primeiro capítulo da obra, não só pelo seu interesse para a compreensão dos acontecimentos, mas ainda porque a autora se esforçou com uma grande seriedade e espírito crítico a recolhê-los, resistindo à tentação de repetir, devido ao problema da homonímia no séc. XVI, erros que conceituados autores cometeram.

O segundo capítulo deste livro, dedicado inteiramente à actividade pública de João da Silveira, dá o maior relevo à sua actividade diplomática em França de 1522 a 1530, ano da sua morte em Amboise (p. 28-121).

Neste período de lutas constantes entre Carlos V e Francisco I, em que é notória a ausência de um rumo na política externa portuguesa, João da Silveira sofre as consequências de todas as hesitações e oscilações e é a expressão directa das características ambíguas da sua embaixada. O artificialismo das relações de amizade entre Portugal e os países vizinhos, bem como a relutância de D. João III em alterar a sua atitude de neutralidade aparente, condicionaram a nossa política interna e externa de então. Com a Espanha estava por resolver a questão das Molucas. Com a França a situação era ainda mais dramática: a actividade dos corsários franceses era intensa e contribuía não só para uma grande instabilidade do nosso comércio com a Flandres mas também punha em causa os direitos dos portugueses no Brasil e na Índia.

A actuação de João da Silveira, muitas vezes secundada por Diogo de Gouveia — assaltado uma das vezes em Espanha, quando levava cartas para França — chega ao seu termo com a sua morte, quando a política francesa recrudescia de hostilidade nas suas relações com Portugal. O julgamento de Saint-Germain-en-Laye e a concessão no Parlamento de Paris, da carta de João Anjo (1529-1530) são a maior prova de que Francisco I tentava quebrar as regras internacionais vigentes, no que diz respeito aos nossos direitos, na navegação e no comércio marítimo. «Avançando com situações de facto», visava «forçar ajustes e acordos criadores de novas regras mais dependentes de um equilíbrio real de poderes», conclui com justeza a autora, neste segundo capítulo da obra.

Esta visão de conjunto, predominantemente factual e descritiva, basta por si só para distinguir a importância deste estudo. Ao oferecer uma espécie de panorâmica de conjunto dos factos mais relevantes da época com os quais João da Silveira tem relação directa ou indirecta, tenta relevar a acção deste diplomata quinhentista, forçosamente «informativa» mais do que «negociadora». No entanto, não fica

sempre bem clara a personalidade e a intervenção de João da Silveira em alguns dos aspectos focados, ou por falta de dados seguros ou pela dificuldade em emitir juízos críticos. Apesar disso, a autora colige documentos e testemunhos, de carácter privado e público, de uma grande riqueza.

A segunda parte da obra apresenta um «Apêndice documental» (p. 123-211) que inclui um «Quadro de navios apresados pelos franceses entre 1522 e 1530». Segue-se um extenso índice de «Fontes arquivísticas e bibliográficas» (p. 213-224) e um índice de matérias (p. 225).

Em suma, a visão diplomática de D. João III — intimamente ligada à sua política externa —, que domina fundamentalmente este estudo biográfico, explica o seu interesse para a história económica, política e social do nosso país, numa época em que se definia, tal como nos dias de hoje, a nossa posição na Europa — como o sublinha, de forma tão expressiva, o Prof. J. Borges de Macedo, no prefácio.

Sem pretender esclarecer todos os problemas, a Dr.^a Margarida Garcez Ventura apresenta um trabalho sério que se oferece como um bom instrumento de consulta e pesquisa aos investigadores do nosso Renascimento, que esperam a prossecução das suas investigações, de que deixou promessa.

N. N. C. S.

Actes du XXI^e Colloque International d'Études Humanistes — L'Humanisme Portugais et l'Europe — Tours, 3-13 Juillet 1978. Centre d'Études Supérieures de la Renaissance — Université de Tours, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1984, 888 pp.

No seu plano de actividades e Colóquios sobre a Época do Renascimento, realizou o Centre d'Études Supérieures de la Renaissance da Universidade de Tours, com o apoio do Centre Culturel Portugais da Fundação Calouste Gulbenkian, em Paris, no ano de 1978, um Colóquio sobre o Humanismo Português e a Europa.

Reunião do mais alto interesse cultural, nela tomaram parte estudiosos e especialistas desse período áureo da nossa cultura, o Humanismo, que apresentaram importantes comunicações sobre as relações culturais entre Portugal e a Europa, durante esse período.

Trata-se, na verdade, de uma época rica nesse intercâmbio pois, não só muitos dos nossos mais importantes humanistas alcançaram grande nome além fronteiras, em França, em Itália, como notáveis humanistas europeus viveram e ensinaram em Portugal e aqui escreveram muitas das suas obras. Tanto mais importante foi este Colóquio quanto é certo tratar-se de uma época da nossa história da qual há ainda muito a estudar, pois grande parte das obras escritas em latim continua a ser desconhecida.